

13/11/08

Justiça do Trabalho vistoria bens da fazenda de Wagner Canhedo

Três oficiais de Justiça do TRT de Goiás e quatro agentes da Polícia Federal se dirigiram para a fazenda Piratininga do empresário Wagner Canhedo, no extremo norte de Goiás, para cumprir o mandado de fiscalização e manutenção dos bens da propriedade que foram adjudicados (direito de posse) em favor dos ex-empregados da Viação Aérea de São Paulo S/A – Vasp.

A ordem para vistoriar a fazenda é da juíza da Vara do Trabalho de Porangatu, Fabíola Evangelista Martins e Garcia, em cumprimento a uma carta precatória do Juízo Auxiliar de Execução do TRT de São Paulo, para onde foram encaminhadas todas as ações trabalhistas contra a Vasp. A VT de Porangatu tem jurisdição sobre o município de São Miguel do Araguaia onde está localizada parte da fazenda, que também se estende pelos municípios de Araguaçu, no Tocantins, e Cocalinho, no Mato Grosso.

Segundo o oficial de Justiça Divino Caetano da Silva, que conduzirá a diligência até a fazenda, serão vistoriados todos os bens penhorados em 2007 como as 25 mil cabeças de gado, mais de 200 máquinas e implementos agrícolas entre tratores, colheitadeiras, caminhões e uma marcenaria completa, entre outros bens que compõem o complexo agropecuário situado numa área de mais de 130 mil hectares e avaliado em R\$ 421 milhões.

Silva afirmou que não será tão fácil reunir e contar as 25 mil cabeças de gado que estão espalhadas por toda a fazenda, que na época da chuva fica parcialmente alagada. Ele disse que se houver algum tipo de resistência por parte dos empregados em colaborar com a diligência poderá solicitar reforço policial. “Para o cumprimento do mandado deveremos gastar uns 15 dias”, ressaltou o oficial. Ele destacou que caso algum bem não seja encontrado, o proprietário terá cinco dias para apresentá-lo, sob pena de ser decretada a prisão do empresário, como depositário infiel.

Adjudicação

Os ex-empregados da Vasp conseguiram o direito à posse da fazenda (adjudicação) no início de setembro deste ano. Mas os advogados de Wagner Canhedo interpuseram recurso (embargos à adjudicação) e o processo se encontra atualmente com o Ministério Público do Trabalho, autor da Ação Civil Pública (ACP), para manifestação. Se for confirmada a adjudicação, o Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo, que figuram no pólo ativo da ACP, juntamente com o Ministério Público, poderão administrar ou negociar diretamente a venda da propriedade, para quitação das dívidas trabalhistas de mais de 2 mil empregados.